

## GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO

**Horieste Gomes\***

O geógrafo integrou-se como categoria profissional ligada a diversos órgãos de planificação existentes nos países desenvolvidos praticamente a partir da Segunda Guerra Mundial. Anteriormente, houve participação de profissionais em casos isolados, isto é, um ou outro ocuparam, notadamente, cátedras universitárias.

A Inglaterra, após o conflito bélico de 1939 a 1945, partiu, por intermédio de uma política oficial, para a reorganização do seu espaço produtivo, social e defensivo. Para tanto incorporou em seu Ministry of Town and Country Planning expressiva representatividade de geógrafos ligados ao departamento de pesquisas técnico-sociais. O mesmo aconteceu em outros países, como a Bélgica, cujo quadro de profissionais em Geografia incorporados à administração nacional definiu-se em termos de 28 especialistas.

Nos dias atuais, inúmeras nações dotadas de elevado desenvolvimento tecnológico, tais como os Estados Unidos, Canadá, União Soviética, Checoslováquia, Suécia etc., possuem algumas centenas de geógrafos exercendo as suas funções principalmente no terreno da Geografia aplicada, em órgãos administrativos, departamentos estatais de planificação, empresas de negócios etc.

Nos países socialistas o aproveitamento da mão-de-obra especializada no âmbito da ciência geográfica está intrinsecamente vinculado ao planejamento no tocante ao desenvolvimento econômico-social dos respectivos países. Há efetiva utilização do profissional, quer no campo da Geografia teórica (universidades, institutos acadêmicos) ou no da planificação regional urbano/rural (institutos técnicos e órgãos de planificação). A Polônia, por exemplo, absorveu mais de 70% dos graduados em Geografia nos seus Institutos de Investigação de Ensino Superior e nos Serviços de Planificação. Na União Soviética

\* Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás.

ca, em vez de cursos de Geografia, há em todas as Repúblicas da Federação faculdades de Geografia, o que demonstra o valor e interesse que a Geografia científica representa, bem como o apoio que recebe da parte das autoridades governamentais.

Compreendida a Geografia de hoje como uma ciência estruturada em princípios, métodos e propósitos científicos cujo objeto fundamental se acha localizado no corpo das combinações espaciais e cuja função básica consiste em revelar em forma de síntese — esta compreendida como visão de conjunto — o máximo de relações espaciais (espaço produtivo/social) estruturadas no todo que se pesquisa, resta-nos estabelecer algumas reflexões necessárias. O que se busca são relações de causalidades, de conexidades, afinidades, atividades estas integrantes dos fenômenos naturais, bióticos e humanos que compõem o cenário da Terra como um organismo vivo, que envelhece e se renova continuamente.

A realização de planos em diferentes níveis de organização, submetidos a objetivos bem definidos em termos de aplicabilidade e rentabilidade, são necessidades imperiosas decorrentes da realidade objetiva que se encontra no mundo da natureza, da sociedade e do indivíduo. Desde a escala local até a nacional, o planejamento deverá ser uma constante, em vista da sociedade estar submetida à dialética dinâmica do movimento e regida por leis históricas.

Uma administração consciente, quer na esfera pública, quer na privada, utiliza o planejamento integrado em dois níveis;

- político: define os objetivos que se propõe o plano a ser elaborado e executado;
- técnico: objetiva sistematizar o conteúdo científico. Exige, para tanto, a integração profissional dos componentes responsáveis pela elaboração do projeto solicitado.

Tomando como modelo o fenômeno da urbanização que ocorre nos países não-desenvolvidos, a dinâmica do processo impõe aos poderes constituídos a necessidade básica de elaborar e executar projetos funcionais à altura dos mecanismos dinâmicos que sofrem as cidades. Questões atinentes aos malefícios do crescimento espontâneo que as cidades experimentam em nosso meio geográfico, questões ligadas ao processo de acomodação racional dos equipamentos urbanos no seu espaço de sustentação, entre muitas outras, não podem ser levadas a bom

termo caso se marginalize o papel que pode representar o geógrafo no corpo do projeto objetivado.

As antigas monografias clássicas existentes deveremos somar análises e sínteses mais especializadas em torno de problemas populacionais, de tipos de habitat, de zonas periféricas, de pólos de decisões, de fluxos de mercadorias e de capital, de locação da produção material, de mercado de trabalho, de mão-de-obra e de mecanismo de circulação etc. Enfim, são temas da Geografia que estão hoje inseridos numa nova dimensão, traduzida nas relações espaço/tempo em que os fenômenos se integram e se desenvolvem.

Atualmente o espaço produtivo e o espaço social são realidades que se impõem ante qualquer projeto científico que se viabilizar. Desconhecê-los significará o próprio perecimento do projeto. É neste novo teor de realidade objetiva que a Geografia, como ciência do espaço social, pode e deve colaborar com os nossos administradores e empresários, buscando oferecer aquela visão científica de síntese necessária e imprescindível à eficácia do planejamento.

Nossas municipalidades, por incrível que pareça, trabalham sobre uma realidade representativa em bases geográficas — as condições naturais e sociais do espaço urbano, os fatores demo-geográficos contidos no habitat concentrado e disperso, a produção material e a *tipologia funcional*, o sítio urbano e as etapas do crescimento espacial, a posição da cidade e suas relações com o campo e vice-versa, a rede urbana e sua integração na malha viária etc. —, todavia não utilizam, em sua quase totalidade, o trabalho efetivo do profissional em Geografia. O que há reside no aproveitamento isolado de alguns especialistas.

Um conjunto de razões justifica o não-aproveitamento de graduados na ciência geográfica. Entre elas apontamos:

- razões históricas, ligadas a tônica dada à formação do profissional orientado para a *licenciatura*, isto é, para desempenho da função magisterial, em vista de ser o mercado de trabalho mais abrangente.

O graduado era visto unicamente como professor, e não como pesquisador ou profissional liberal, capaz de prestar, efetivamente, serviços à comunidade.

A sistemática curricular oficial no tocante à licenciatura (formação específica para o exercício do magistério)

exigia, na maioria das nossas universidades, o término do bacharelado (formação específica do pesquisador em Geografia), o que contribuiu para caracterizar o graduado como capacitado somente para exercer a função de professor.

A diferenciação real das graduações (licenciatura e bacharelado) veio ocorrer recentemente em um certo número de universidades brasileiras. Na maioria delas, a diferenciação, em essência, não existe;

- a reforma universitária, implantada ao longo de um processo caracterizado pela crescente escalada desenvolvida durante estes longos anos de obscuridade em nosso país, no sentido de eliminar as chamadas “ciências do pensar”, através de várias medidas oficializadas (acordos MEC-USAID, licenciaturas curtas e curtíssimas, consubstanciadas na redução de disciplinas e da carga horária mínima indispensável para se obter a graduação, redução curricular e de carga horária nas escolas do nível médio etc.);
- o estreitamento do mercado de trabalho, que se tornou crescente nestas duas últimas décadas, tem conduzido inúmeros profissionais de outras áreas movidos, em grande parte, por contingências existenciais a invadir a seara do geógrafo. O mesmo não acontece com este último, tendo em vista que o campo de ação é bem delimitado, definido em termos de participação nos projetos de acomodação do espaço urbano-rural. Trata-se de projetos cuja viabilidade quanto à eficiência e rentabilidade não pode jamais prescindir do profissional-geógrafo, cientista social capaz de manipular bem certas categorias do domínio das ciências humanas, tão significativas em quaisquer modalidades de planejamentos vinculados à problemática homem-natureza;
- a política de quadros levada à prática pelo IBGE, órgão diretamente subordinado a Presidência da República, que ao longo de sua história não definiu uma política de aproveitamento de graduados em Geografia para as seccionais regionais. Em nosso Estado, por exemplo, a seccional do IBGE jamais agiu para estimular o desenvolvimento da Geografia em nosso meio, por intermédio de uma política administrativa orientada no sentido do aproveitamento de quadros profissionais ligados à nossa própria realidade. O mesmo aconteceu em múltiplas unidades federadas.

- a não-regulamentação da profissão de geógrafo, o não-reconhecimento legal dessa profissão (somente agora concretizada pela Lei n.º 6.664, de 27/07/79), contribuiu negativamente como desestímulo da profissão. É preciso acen-tuar que, apesar do Decreto n.º 85.138, de 15 de setembro de 1980, ter regulamentado a Lei n.º 6.664, estendendo os benefícios do exercício da profissão

"aos geógrafos que hajam concluído o curso constante de matérias do *núcleo comum*, acrescidas de *duas matérias optati-vas*, na forma do currículo fixado pelo Conselho Federal de Educação",\*

e muito embora isto signifique direito legal aos licenciados como geógrafos, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), a quem cabe a concessão do registro profissional, ainda não atendeu ao despacho presidencial; etc.

O geógrafo qualificado deve possuir requisitos profissionais à altura das exigências atuais no que concerne à organização científica do espaço de vivência do ser humano.

A pretexto de justificar a validade concreta do profissional em Geografia inserido no corpo do planejamento, relacionamos aqui um conjunto de importantes tarefas que ele está capacitado a realizar:

- as contidas no Artigo 3.º da Lei n.º 6.664, que se referem à competência do geógrafo para o "exercício das atividades e funções a cargo da União, dos Estados, dos Territórios e dos municípios, das entidades autárquicas ou de economia mista e particulares" (ver texto da Lei);
- os problemas de readaptação de estruturas urbanas destina-das à renovação do habitat;
- os problemas de locação de novas indústrias no espaço fí-sico, econômico e social, bem como questões de transferên-

\* Ver *Diário Oficial da União* de 27/07/79 — Boletim Paulista de Geografia nº 57, 1980 — AGB-SP — pág. 101.

cias por razões afetas ao planejamento técnico, financeiro e social;

- inquéritos ligados à correção e expansão do sistema viário disposto na malha urbano-suburbana, através dos estudos de densidade dos fluxos de movimentos de passageiros, cargas e comunicações. Aqui, ocupam um papel importante as investigações vinculadas às empresas de transportes na determinação dos recursos, do conhecimento prático dos terminais de linhas, de fluxos etc.;
- estudos visando a liberação de instalações existentes nas áreas centrais para espaços periféricos. São valiosos no sentido do melhor conhecimento da política de evolução dos terrenos;
- estudos das ligações entre sistemas de produção e de consumo, por ex.: o papel que representa a produção e comercialização dos bens materiais de uso e de troca;
- inquéritos geográficos destinados a precisar com acerto a localização de novos centros comerciais, fundamentados em análises sobre as correntes de circulação, a estrutura do comércio existente, a composição social das populações a servir etc.;
- no tocante à política de equipamentos, as questões relativas à problemática das localizações espaciais desempenham um papel central. Equipamentos residencial, industrial, sanitário, cultural, desportivo etc. são variáveis para cuja correta ordenação os geógrafos têm muito a oferecer;
- nas questões de localização, o *expert* em Geografia tem uma contribuição valiosa a dar, visto que ele possui condições profissionais à altura de manusear bem os mecanismos de pesquisa indicadores do melhor local a ser utilizado e adaptado às necessidades produtivas e sociais da população. Numa localização industrial como modelo, além dos estudos técnicos fundamentados (abastecimento de água, de energia, esgotos etc.), há os humanos essenciais ao êxito da implantação (relações espacial-temporais entre o lugar residencial e o de trabalho, a composição da mão-de-obra

a ser aproveitada através da política de recrutamento, política social da empresa a ser posta em prática etc.);

- questões relativas às atividades administrativas, financeiras, orçamentárias e tributárias serão melhor encaminhadas na medida em que o pesquisador-geógrafo prestar a sua colaboração, traduzida em uma série de investigações que poderão prever as incidências de modificações dos limites administrativos;

Os inquéritos geográficos são múltiplos no que tange ao planejamento em micro- ou macro-escola, e a presença do formado em Geografia não pode e não deve ser ignorada, preterida pelo corpo do planejamento integral. Como sabemos, as *investigações de conjunto* dão melhor estruturação e significado científico aos planos concebidos. Objetiva-se a necessária correspondência dos mesmos com as reais possibilidades do desenvolvimento econômico-social a que a área ou região esteja submetida.

As municipalidades trabalham sobre uma realidade cujas investigações geográficas de conjunto do espaço produtivo e social das cidades possibilitam, por parte dos demais técnicos, um conjunto mais efetivo da totalidade das situações inseridas no objeto da pesquisa.

A importância do enfoque interdisciplinar enriquece a todos os participantes das equipes de trabalho, e a Geografia desempenha um papel muito importante na proporção em que ela interpreta ligações objetivas que ocorrem no plano dos fenômenos da natureza e da sociedade humana (combinações geográficas e históricas), estruturando, em última análise, uma visão do todo (síntese).

**DA PLANIFICAÇÃO REGIONAL** — Para o geógrafo, a cidade não é um fenômeno isolado. Ela é inseparável da região da qual faz parte, bem como depende da evolução que se processa no espaço regional.

A planificação urbana é parte integrante da planificação regional. Na presente década, acentua-se a substituição do quadro administrativo tradicional pela chamada região geográfica, definida como um espaço no interior do qual problemas comuns se ligam a fatores naturais, humanos e econômicos. Trata-se de uma nova categoria geográfica, assim podemos dizer, cujos novos valores, uma vez conhe-

cidos, permitem uma melhor ordenação espacial para o ser humano e mesmo para a natureza, quando esta não é violada indiscriminadamente.

Através de inquéritos sobre esses problemas, e como resultado da elaboração racional de programas que objetivem à correta aplicabilidade de uma política de ordenação espacial voltada para o ser humano, estará a administração mais aprovada e assessorada para viabilizar, na prática, o correto ordenamento do "habitat ecúmeno" do homem, organizado coletivamente em sociedades comunitárias. A ocupação racional do território, bem como a correção dos desequilíbrios de ordem demográfica, econômica e social, constituem-se em tarefas efetivas, para cuja execução os profissionais em Geografia estão à altura de contribuir com a política administrativa. É como sublinhou muito bem um geógrafo:

"Delimitada a área de estudo regional, o geógrafo procura reunir o máximo de documentação e passa, através dessa documentação, a analisar os caracteres essenciais da região, as grandes linhas de sua evolução, a precisar o estado atual da situação demográfica e os diversos ramos da atividade econômica e, sobretudo, assegurar a síntese das relações particulares elaboradas por diferentes especialistas". (PHILLIPONNEAU-1964).

Em nosso espaço regional há todo um conjunto de operações geográficas inseridas na problemática do planejamento. Há lugares onde a necessidade de renovação demográfica agudizaram mais os problemas, exigindo mais rapidamente administrações funcionais, capazes de agilizar os planos concebidos. Há outros, onde o efetivo demográfico não coloca em xeque os planejamentos. No geral, nos países em via de desenvolvimento o caráter geométrico do crescimento populacional impõe, objetivamente, o aumento das necessidades de consumo, o que vai determinar transferências obrigatórias de setores produtivos submetidos a objetivos bem definidos, que visem vitalizar a produção e incrementar o consumo. Caso não ocorram tais transferências, profundas crises poderão acontecer. O novo processo econômico introduzido produzirá uma crescente dinamização de ordem econômica e social (aplicação de investimentos de base, novos empregos etc.).

De ordem geográfica haverá todo um montante de tarefas concretas, como acomodar devidamente no espaço e no tempo as novas localizações da produção de bens materiais e conseqüentes rela-

ções de produção que se encontram nelas inseridas. Novos empregos no setor industrial determinarão a criação de novos empregos em outros setores econômicos (terciário, construção civil etc.). Com a criação destes, haverá um progresso na economia e a correspondente valoração do mercado.

Em síntese, podemos afirmar que em nosso espaço regional há todo um conjunto de obrigações de monta, subordinadas à administração pública e privada, que estão a exigir soluções de envergadura.

A título de ilustração registramos:

- regiões submetidas a uma forte expansão urbana (conversão de atividades em regiões afetadas por crises econômicas);
- transformações operadas no meio rural (desagregação da economia agrária tradicional em virtude da penetração do capitalismo no campo; trabalhos hidráulicos; implantação de unidades industriais em função do potencial energético instalado; reanimação de regiões atingidas pelo despovoamento etc.).

Em conclusão, podemos afirmar de maneira imperativa que o volume de atribuições da competência do geógrafo vinculado ao planejamento global é, além de necessário, muito representativo.

*ADMINISTRAÇÃO E GEOGRAFIA* (exemplo concreto de nossa realidade espacial) — Nosso inquérito geográfico parte da constatação de que o poder administrativo exercido nos três setores da administração pública — municipal, estadual e federal — acha-se bastante concentrado no espaço municipal de Goiânia. É evidente que as projeções do poder, por intermédio de seus mecanismos de funcionalidade, fogem à estreiteza do espaço mencionado e projetam-se no amplo território do Centro-Oeste brasileiro. Tomando o órgão central do planejamento no âmbito do Estado — Superintendência de Planejamento Suplan —, constatamos, ao longo de sua história e na atualidade, a ausência total do pesquisador-geógrafo do corpo de quadros (técnicos, assessores, consultores) do referido órgão. Às vezes aparece um ou outro aporte geográfico, quase sempre retirado de fontes já publicadas, e não como produto de trabalho realizado por geógrafo no coletivo da equipe.

Estruturaram-se com facilidade verdades científicas tão complexas pertencentes ao objeto da ciência geográfica, sem a necessária participação do competente profissional para abordá-las.

Somente para documentar a autenticidade da afirmação acima, mencionamos alguns "desvios e falhas" que existiram no passado e continuam a repetir-se no presente:

- em 1968, a Secretaria do Planejamento do governo Otávio Lage utilizou a colaboração de um estudioso da Geografia naquilo que ele tinha já produzido, e não no que ele poderia produzir naquele momento histórico, caso trabalhasse em equipe com outros geógrafos e outros especialistas. O alto significado do empreendimento governamental exigia, concretamente, a presença dos respectivos profissionais;
- em 1967, numa publicação da mesma secretaria do governo, plagiaram sem nenhum critério de responsabilidade inúmeros textos de geógrafo radicado em Goiânia;
- o mesmo aconteceu com vários outros trabalhos elaborados em diversos órgãos do aparelho estatal, que se prenderam à natureza mais descritiva e compilativa;
- as recentes monografias das micro-regiões do Estado de Goiás estão eivadas de muitas falhas, dado que foram produzidas sem a necessária participação de entendidos em Geografia; etc.

Muitos outros exemplos elucidativos poderíamos assinalar, os quais revelam erros estruturais cometidos em diversas administrações por seus respectivos organismos de planejamento. Na essência das principais razões que levaram os responsáveis pela elaboração e execução de planos econômico-sociais a preterir o trabalho cooperativo de profissionais em Geografia, mencionamos:

- o desconhecimento, por parte dos responsáveis pela administração, do real significado do objeto da Geografia como ciência. A maioria deles teve uma formação acadêmica de rudimentos de Geografia descritiva (velho enfoque), e não de uma Geografia científica, crítica, fundamentada em princípios gerais e normativos aplicados à realidade objetiva existente no interior dos fenômenos da natureza e da sociedade e que se movem no âmbito das relações espaciais e temporais (novo enfoque);

- inúmeros profissionais de outras áreas do conhecimento humano julgam-se capacitados a manusear os fatos geográficos e invadem constantemente a seara do geógrafo;
- o fato da grande maioria dos graduados em Geografia aceitarem intensivamente o estreitamento do mercado de trabalho, seja na área do ensino ou na da pesquisa;
- a ausência de uma consciência crítica em nosso meio; há muita acomodação e aceitação no que se refere à defesa dos nossos direitos, bem como no cumprimento de nossas obrigações profissionais e de classe;
- a insegurança que reina entre um bom número de formados na ciência geográfica no que diz respeito ao bom exercício da profissão (ensino, pesquisa, assessoria...). Quase sempre uma formação deficiente em termos de conteúdo e de consciência crítica é a principal responsável pelas limitações reinantes em nosso meio. Afirmamos que o "período de obscuridade" impingido ao nosso povo após 64 muito contribuiu, negativamente, para esse estado de coisa; etc.

Finalizando, queremos enfatizar que o geógrafo não se limita ao plano das formulações analíticas. Além desse inquérito, ele trabalha com diversas ordens de fenômenos (naturais, bióticos e humanos) estruturados num conjunto existente no contexto da unidade dialética espaço/tempo, cujos elementos se movem como um processo de interações de nexos, liames, obedecendo às leis gerais e específicas do desenvolvimento da natureza e da sociedade. Daí a importância dele estar inserido, profissionalmente, nos órgãos da política administrativa, a fim de ajudar a sanar as deficiências de planejamento que prejudicam profundamente os objetivos da administração e, acima de tudo, as necessidades de ordem econômica e social do homem, ser racional, organizado em sociedade.

## BIBLIOGRAFIA PARA CONSULTA

- PHILLIPPONNEAU, M. (1964) — *Geografia e Ação*. Edições Cosmos, Lisboa.
- MONBEIG, P. (1957) — *Novos Estudos de Geografia Humana*. Difusão Européia do Livro, São Paulo.
- GEORGE, P. (1969) — *Sociologia e Geografia*. Editora Forense, Rio de Janeiro/São Paulo, 1969.  
(1968) — *A Ação do Homem*. Difusão Européia do Livro, São Paulo.  
(1964) — "Existe uma Geografia Aplicada." In *Boletim Geográfico* nº 174, IBGE, Rio de Janeiro.
- DOLLFUS, O. (1972) — *O Espaço Geográfico* — Difusão Européia do Livro, São Paulo.
- CHORLLEY, A. (1964) — "A Realidade Geográfica". In *Boletim Geográfico do CNG*, nº 179, Rio de Janeiro.
- SANTOS, M. (1978) — *Por uma Geografia Nova*. Editora Hucitec/Editora Universidade de São Paulo.  
(1977) — "Sociedade e Espaço." In *Boletim Paulista de Geografia*, nº 54, São Paulo.
- SIMMEL, G., WEBER M. e outros (1967) — *O Fenômeno Urbano* — Editora Zahar, Rio de Janeiro.
- GUNDER FRANK, A., PEREIRA, L. e outros (1969) — *Urbanização e Subdesenvolvimento* — Editora Zahar, Rio de Janeiro.

## RESUMO

## Geografia e Planejamento

O presente artigo parte de considerações sobre a Geografia como ciência do espaço social. Analisa e estuda as relações dos geógrafos com os órgãos de planejamento e a sua importância com relação aos sistemas e políticas utilizados pelos diferentes Estados nacionais.

Refere-se ainda aos níveis que devem ser considerados:

- o político: com a definição de objetivos;
- o técnico: com o conteúdo científico e a sua sistematização.

Realiza um rápido estudo que tem por base empírica a municipalidade e indaga dos motivos pelos quais a Geografia não tem sido utilizada nos serviços públicos.

Recoloca os fatores de ordem histórica, as formas universitárias, o estreitamento do mercado de trabalho, as políticas postas em prática pelo IBGE e a não-regulamentação da profissão de geógrafo.

Estuda também as leis que regulamentam as atividades dos geógrafos e a atuação destes no planejamento regional. Cita o caso específico de Goiânia.

Comenta a preocupação dos geógrafos com as formulações analíticas, bem como com a dialética espaço/tempo. Reafirma a importância da inserção de geógrafos na administração de políticas do espaço.

## RÉSUMÉ

### Geographie et Planification

L'article part de considérations sur la Géographie comme science de l'espace social. Il analyse et étudie les relations des géographes avec les institutions de la planification et leur importance par rapport aux différents systèmes et politiques pratiqués par les États nationaux.

Il fait référence aux niveaux qui doivent être considérés:

- le politique: comme definition des objectifs;
- le technique: comme le contenu scientifique et sa systematisation.

Il réalise une rapide étude qui a pour fondement empirique la municipalité et recherche les motifs par lesquels la Géographie n'est pas utilisée dans les services publiques.

Il remet les facteurs d'ordre historique, les reformes universitaires, la réduction du marché du travail, les politiques mises en scène par le IBGE et le non-réglement de la profession de géographe.

Il étudie aussi les lois qui régulent les activités des géographes, leur actuation dans la planification régionale, tout en citant le cas spécifique de Goiânia.

Il commente la préoccupation des géographes sur les formulations analytiques aussi bien que la dialectique space/temps et réaffirme l'importance de l'insertion des géographes dans l'administration des politiques de l'espace.

#### ABSTRACT

##### Geography and Planning

This paper begins with some considerations about Geography as a Social Space Science. It analyses and studies the geographer's relations to the planning institutions, and their importance into systems and policies of different national states.

Refers to the levels to be considered:

- the politics: as definition of goals;
- the technics: as a scientific content its systematization.

Makes a brief study whose empiric basis is the municipality, and inquires into the reasons of the non-utilization of Geography in the public state.

Puts back the historic order factors, the university reforms, the narrowing of the labour market, the policies made by the IBGE and the non-regulation of the profession of geographer.

Studies, too, the laws that regulate the geographer's activities, and their actuation in the regional planning. Refers to the specific case of Goiânia.

Comments the geographer's preoccupation with the analytic formulations, and the space/time dialectics. Reemphasises the importance of the insertion of the geographer in the space policies administration.